

Demonstrações Financeiras

RER Participações S.A.

31 de dezembro de 2025

RER Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

RER Participações S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	139	2.781
Contas a receber de clientes		378	378
Contas a receber - partes relacionadas		6.994	3.276
Estoques		10.826	10.811
Impostos a recuperar		3	2
Outros ativos		12.663	11.467
Total do ativo circulante		31.003	28.715
Não circulante			
Outros		5	5
Investimento	6	5.869	4.733
Propriedade para investimento	7	172.931	169.820
Imobilizado	5	553	747
Total do ativo não circulante		179.358	175.305
Total do ativo		210.361	204.020

RER Participações S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)- *-(continuaço)*

	Nota Explicativa	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		524	146
Obrigaçoões trabalhistas		152	152
Obrigaçoões fiscais		1.369	1.282
Dividendos juros s/ capital próprio a pagar	9	20.371	13.676
Outras Obrigaçoões		19.343	18.036
Total do passivo circulante		41.759	33.292
Não circulante			
Total do passivo não circulante		-	-
Patrimônio líquido	9		
Capital social		120.000	120.000
Reserva de lucros		48.602	50.728
Total do patrimônio líquido		168.602	170.728
Total do passivo e patrimônio líquido		210.361	204.020

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RER Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	10	40.378	36.993
Lucro bruto		40.378	36.993
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e Gerais	11	(1.367)	(937)
Honorários da Administração	11	(1.920)	(1.626)
Depreciações e Amortizações	11	(5.985)	(5.669)
Equivalência Patrimonial		1.136	577
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11	(8.136)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		32.242	29.338
Resultado financeiro	12		
Receitas financeiras		490	774
Despesas financeiras		(133)	(198)
		357	576
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		32.599	29.914
Imposto de renda e contribuição social Corrente		(4.702)	(4.416)
Lucro líquido do exercício		27.897	25.498
Quantidade ponderado de ações do capital social		7.000.000	7.000.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$		3,99	3,64

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RER Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	27.897	25.498
Resultado abrangente do exercício	27.897	25.498

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RER Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de lucros		
				Reserva de capital de giro	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023						
Lucro líquido do exercício		-	-	-	175.269	
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	9 b)	-	1.275	-	25.498	
Dividendos aprovados	9 c)	-	-	(1.275)	-	
Reserva de capital de giro	9 d)	-	-	(242)	(30.039)	
		-	-	(23.981)	-	
		120.000	11.625	43.644	-	
					175.269	
Saldos em 31 de dezembro de 2024						
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.897	
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	9 b)	-	1.395	-	(1.395)	
Dividendos aprovados	9 c)	-	-	(29.758)	(265)	
Reserva de capital de giro	9 d)	-	-	26.237	(26.237)	
		-	-	-	-	
		120.000	12.900	37.828	-	
					170.728	
Saldos em 31 de dezembro de 2025						
Lucro líquido do exercício		-	-	-	168.602	
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal	9 b)	-	1.395	-	(1.395)	
Dividendos aprovados	9 c)	-	-	(29.758)	(265)	
Reserva de capital de giro	9 d)	-	-	26.237	(26.237)	
		-	-	-	-	
		120.000	14.295	34.307	-	
					168.602	

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RER Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Lucro do exercício		27.897	25.498
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		5.984	5.669
Equivalência patrimonial		(1.136)	(577)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados		-	194
		<u>32.745</u>	<u>30.784</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber – partes relacionadas		(3.718)	(242)
Estoques		(15)	(15)
Impostos a recuperar		(1)	(1)
Outros ativos		(1.196)	(5.975)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		378	134
Obrigações fiscais		4.619	4.271
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		1.307	10.073
Caixa gerado nas atividades operacionais		34.120	39.029
Juros pagos		-	(196)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.532)	(4.176)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		29.587	34.657
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Adições propriedades para investimento		(8.901)	(14.173)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(8.901)	(14.173)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos - pagamentos			(2.778)
Dividendos pagos		(23.328)	(25.266)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	9 c)	(23.328)	(28.044)
Aumento de caixa e equivalente de caixa		(2.642)	(7.560)
Caixa e equivalente de caixa - no início do exercício		2.781	10.341
Caixa e equivalente de caixa - no fim do exercício		<u>139</u>	<u>2.781</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

1. Contexto Operacional

A RER Participações S.A. (“Sociedade”) tem por objeto social a administração de outras sociedades, participações e investimentos, locação de bens, pecuária, agropecuária e agricultura.

Em abril de 2013, a RER Participações S.A. juntamente com a Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários SPE TN Ltda, Unibens Participações S.A. e RM Participações S.A., constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), denominada Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, cujo objeto social é a incorporação imobiliária.

Para constituição da nova sociedade, a empresa Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários TN SPE Ltda, na qualidade de sócia ostensiva, permutou frações ideais de terreno do imóvel correspondentes às unidades a serem percebidas pela sócia participante (02 andares), enquanto a sócia participante (RER Participações S.A.) comprometeu-se a realizar aportes de recursos, conforme o orçamento do empreendimento.

2. Práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte:

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

2.3 Base de elaboração--Continuação

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização.

c) Estoques

Estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios. Ele é contabilizado pelo valor do custo e reconhecido no ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas.

d) Propriedades para investimento

i) Imóveis acabados

São propriedades mantidas para auferir receita de aluguel. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e deve ser continuamente mensurada pelo valor justo por meio da elaboração de laudo de avaliação feito por empresa especializada. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo incluiu a despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluiu os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Custos subsequentes a aquisição da propriedade

São capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

2.3 Base de elaboração--Continuação

e) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Veículos	5

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

f.1) *Companhia como arrendatária*

Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

f.2) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de prazo igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

2.3 Base de elaboração--Continuação

f) Arrendamento--continuação

f.3) Grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais a entidade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação e arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

g) Tributação

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

h) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

h.1) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes (incluindo partes relacionadas).

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

2.3 Base de elaboração--Continuação

h.1) Ativos financeiros--continuação

ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

h.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores (incluindo partes relacionadas), “*leasing*” mercantil financeiro, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos.

h.3) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

i) Reconhecimento de receita

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

2.3 Base de elaboração--Continuação

j) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

k) Capital social - Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

l) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade média de ações do capital social durante os exercícios.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

3. Normas, alterações e interpretações de normas

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

3. Normas, alterações e interpretações de normas--continuação

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025--continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) torna pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, do Pronunciamento Técnico CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

3. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

A Companhia está atualmente avaliando os potenciais impactos na aplicação dessa norma.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

3. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

c) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI)

As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

A Companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

3. Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2025--Continuação

Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes.

As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

4. Caixa e Equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras - Renda Fixa (a)	<u>139</u>	<u>2.781</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>139</u>	<u>2.781</u>

(a) Aplicações financeiras - Renda Fixa

a) Aplicações financeiras - renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São mensuradas pela Companhia ao custo amortizado que é compatível ao seu valor justo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Imobilizado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Veículos	<u>255</u>	408
Máquinas e equipamentos	<u>298</u>	<u>339</u>
Total	<u>553</u>	<u>747</u>

A movimentação do custo do ativo imobilizado ao longo do período é como segue:

	<u>Saldo</u> <u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2025</u>
Veículos	<u>1.105</u>	-	-	-	<u>1.105</u>
Máquinas e equipamentos	<u>408</u>	-	-	-	<u>408</u>
Total	<u>1.513</u>	=	=	=	<u>1.513</u>

	<u>Saldo</u> <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2024</u>
Veículos	1.105	-	-	-	1.105
Máquinas e equipamentos	408	-	-	-	408
Total	<u>1.513</u>	=	=	=	<u>1.513</u>

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	<u>Saldo</u> <u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2025</u>
Veículos	<u>(697)</u>	<u>(153)</u>	=	=	<u>(850)</u>
Máquinas e equipamentos	<u>(69)</u>	<u>(41)</u>	=	=	<u>(110)</u>
Total	<u>(766)</u>	<u>(194)</u>	=	=	<u>(960)</u>

	<u>Saldo</u> <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u> <u>2024</u>
Veículos	<u>(528)</u>	<u>(169)</u>	=	=	<u>(697)</u>
Máquinas e equipamentos	<u>(28)</u>	<u>(41)</u>	=	=	<u>(69)</u>
Total	<u>(556)</u>	<u>(210)</u>	=	=	<u>(766)</u>

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

6. Investimentos

Coligadas: A Sociedade participa em outras sociedades cujos contextos operacionais são resumidos a seguir:

- Setpar Pas Empreendimentos Imobiliários Torre Norte SPE Ltda, sociedade de propósito específico, participação de 11,82% no capital social, sediada na cidade de São José do Rio Preto/ SP, tem como objeto social a incorporação imobiliária.

Movimentação dos investimentos em controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	<u>31/12/2024</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Incorporação</u>	<u>31/12/2025</u>
<u>Investimento em Coligada:</u>				
Setpar TN SPE Ltda	<u>4.733</u>	<u>1.136</u>	=	<u>5.869</u>
	<u>4.733</u>	<u>1.136</u>	=	<u>5.869</u>

	<u>31/12/2023</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Incorporação</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Investimento em Coligada</u>				
Setpar TN SPE Ltda	<u>4.156</u>	<u>577</u>	=	<u>4.733</u>
	<u>4.156</u>	<u>577</u>	=	<u>4.733</u>

7. Propriedades para Investimentos

De acordo com o CPC 28, a empresa poderá adotar critério de mensuração a valor justo. Em 2025, a Sociedade manteve suas propriedades para investimento demonstradas ao valor de custo histórico, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Terrenos	<u>74.462</u>	69.947
Edifícios e Construções	<u>90.164</u>	95.044
Obras em Andamento	<u>8.305</u>	4.829
Total	<u>172.931</u>	169.820

A movimentação do custo das propriedades para investimento no período é como segue:

	<u>Saldo 2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo 2025</u>
Terrenos	<u>69.947</u>	<u>5.475</u>	<u>(960)</u>	-	<u>74.462</u>
Edifícios e Construções	<u>145.543</u>	-	<u>910</u>	-	<u>146.453</u>
Obras em Andamento	<u>4.829</u>	<u>3.426</u>	<u>50</u>	-	<u>8.305</u>
	<u>220.319</u>	<u>8.901</u>	-	-	<u>229.220</u>

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

7. Propriedades para Investimentos--Continuação

	Saldo <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	Saldo <u>2024</u>
Terrenos	59.360	10.587	-	-	69.947
Edifícios e Construções	137.227	-	8.316	-	145.543
Obras em Andamento	<u>9.559</u>	<u>3.586</u>	<u>(8.316)</u>	-	<u>4.829</u>
	206.146	14.173	-	-	220.319

A movimentação da depreciação ao longo do período é como segue:

	Saldo <u>2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	Saldo <u>2025</u>
Edifícios e Construções	<u>(50.499)</u>	<u>(5.790)</u>	=	=	<u>(56.289)</u>

	Saldo <u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Baixas</u>	Saldo <u>2024</u>
Edifícios e Construções	<u>(45.040)</u>	<u>(5.459)</u>	=	=	<u>(50.499)</u>

O que se refere ao valor justo, em 31 de dezembro de 2022, o valor em relação ao valor justo, com base em avaliações realizadas pela empresa Global Consult – Tecnologia e Serviços Ltda, avaliadores independentes, representa R\$1.446 bilhão.

8. Transações com partes relacionadas

<u>Ativos</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante (alugueis a receber):		
Facchini S/A	<u>6.994</u>	<u>3.276</u>
	<u>6.994</u>	<u>3.276</u>
Transações de Serviços:		
Facchini S/A	<u>41.658</u>	<u>38.148</u>

As transações de serviços referem-se a aluguel de imóveis junto à Facchini S/A.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social subscrito e integralizado é composto por 7.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9. Patrimônio Líquido—Continuação

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os dividendos propostos foram calculados conforme a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	27.897	25.498
(-) Reserva Legal (5%)	<u>(1.395)</u>	<u>(1.275)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>26.502</u>	<u>24.223</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	265	242
Dividendos adicionais aprovados	29.758	29.797
Saldo de dividendos do ano anterior	13.676	8.903
Dividendos pagos no exercício	<u>(23.328)</u>	<u>(25.266)</u>
Saldo de dividendos a pagar	<u>20.371</u>	<u>13.676</u>

Em 2025 e 2024 a Sociedade optou por não pagar juros sobre o capital próprio.

d) Reserva para capital de giro

Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária.

10. Receita Operacional Líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta:		
Locação de imóveis	41.908	38.394
(-) Impostos sobre imóveis	<u>(1.530)</u>	<u>(1.401)</u>
Receita operacional líquida	<u>40.378</u>	<u>36.993</u>

RER Participações S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

11. Gastos por Natureza

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Despesas por natureza:</u>		
Despesa de depreciação e amortização	(5.984)	(5.669)
Despesas com empregados	(2.323)	(1.966)
Serviços de Terceiros	(540)	(284)
Despesas Tributárias	(386)	(268)
Outras despesas	(39)	(45)
Total	<u>(9.272)</u>	<u>(8.232)</u>
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Classificadas como:</u>		
Administrativas e gerais	(1.367)	(937)
Honorários da administração	(1.920)	(1.626)
Depreciações e amortizações	(5.985)	(5.669)
Total	<u>(9.272)</u>	<u>(8.232)</u>

12. Resultado Financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras:		
Receita com aplicações financeiras	490	774
	<u>490</u>	<u>774</u>
Despesas Financeiras:		
Despesas Bancárias	(9)	(4)
Juros Passivos	(124)	(194)
	<u>(133)</u>	<u>(198)</u>
Total	<u>357</u>	<u>576</u>

13. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 31 de dezembro de 2025.

São José do Rio Preto/SP, 31 de dezembro de 2025.

RUBENS
FACCHINI:4391595788
7

Rubens Facchini
Diretor Presidente

MARIA JISLAINE
ISAIAS
BENTO:01892314835

Maria Jislaine Isaias Bento
CRC 1SP159.572/O-2

Assinado digitalmente por RUBENS FACCHINI:43915957887
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A3, CN=RUBENS FACCHINI:43915957887
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.30 11:49:27-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

EUCLIDES
FACCHINI
FILHO:73605077820

Euclides Facchini Filho
Diretor Superintendente

Assinado digitalmente por EUCLIDES FACCHINI
FILHO:73605077820
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A3, CN=EUCLIDES FACCHINI FILHO:73605077820
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.30 11:50:35-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0